

EM
CAMPANHA

LULA
13 PRESIDENTE
VICE: BRIZOLA
O BRASIL
QUE CONHECE
O BRASIL
UNIÃO DO POVO MUDA BRASIL

PT notícias

PT
PARTIDO
DOS TRABALHADORES

ANO II Nº 69
De 31 de agosto
a 6 de setembro de 1998

Jornal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Nesta eleição, o futuro do país está em jogo

Que avaliação pode ser feita da campanha?

Gushiken - Essa campanha tem que ser avaliada em dois momentos distintos. O primeiro foi até 18 agosto, início do programa de televisão e rádio, onde aconteceram as semanas temáticas, quando em cada semana trabalhamos um item do programa de governo, completando cinco grandes temas, todos como mais importantes: agricultura, saúde, educação, emprego e política industrial.

Essa fase foi de enorme complexidade porque definimos a agenda e o tema político do candidato. Tínhamos como primeiro objetivo politizar a campanha e permitir que nossos aliados pudessem, por meio de um calendário pré-definido, fazer a mesma coisa. As semanas temáticas permitiram acrescentar mais volume à campanha.

O segundo objetivo era conseguir que Lula impusesse a pauta política e não ficasse sujeito às oscilações da conjuntura. E conseguimos, pois a cada semana Lula martelava um assunto, desenvolvia o tema em vários eventos e isso produziu um efeito: toda a imprensa basicamente acompanhou a agenda e a pauta do Lula.

O terceiro objetivo era trazer o adversário para o nosso terreno. E isso foi possível na semana do emprego, quando o governo, de maneira atabalhoada, confusa, apresentou uma proposta sobre o assunto que acabou sendo repudiada por to-

dos. Na semana da educação o governo também entrou no nosso terreno de disputa, oferecendo o projeto de bolsa escola.

As semanas temáticas cumpriram vários objetivos, mas o mais importante foi que resolvemos uma equação estratégica que diz respeito somente ao nos-

O público e a grande imprensa cobram programa de governo apenas de Lula, não de FHC

so candidato: a exigência de um programa de governo.

Essa cobrança não existe para o governo FHC. O público e a grande imprensa cobram somente do nosso candidato.

O programa eleitoral gratuito altera em que a campanha?

Gushiken - É a segunda fase, quando se introduz o debate televisivo, permitindo um diálogo direto com a população. Os próximos dias serão um momento de maior audiência no programa eleitoral. Essa segunda fase é o início do processo de mobilização de massas. As semanas temáticas foram como um aquecimento da militância, fizemos dois grandes comícios - um em Recife e outro em Porto Alegre. Agora começamos a organizar mais atividades de massa. Principalmente onde é menor a audiência do programa de TV é que temos que estimular o debate eleitoral.

As questões centrais do programa eleitoral estão equacionadas a partir da visão que temos do Brasil, das propostas de governo e da crise brasileira.

Como se dará essa equação?

Gushiken - Sobre a visão do Brasil temos que fazer um exercício crítico muito contundente sobre o governo FHC, porque deixará como herança um país fragmentado, vulnerável, com muitos problemas sociais e temos que mostrar à população que isso é consequência da política equivocada de Fernando Henrique. E a crítica deve ser forte porque o presidente-candidato está querendo desdramatizar a situação do país. Quer mostrar que o Brasil não tem crise, que está tudo uma maravilha. Por isso os nossos programas têm uma polaridade entre o Brasil fantasia e o verdadeiro.

Uma questão que é fundamental é discutir a natureza dessa crise, porque ela é muito grave e tem consequências profundas. O povo percebe isso, mas talvez não compreenda a complexidade dela porque FHC está ocultando a vulnerabilidade e o que ele fez ao Brasil. Temos que desvendar essa situação que o adversário quer impor à consciência do eleitor e fazer o debate dos rumos que queremos implementar. Quando discutimos essa crise, temos que dizer que ela é produto da política de FHC e, ao mesmo tempo, apontar um novo rumo. Esse é o nosso principal objetivo, porque só votarão na gente se perceberem a gravidade da situação e tiverem confiança no rumo que queremos dar a este país. Todo o desafio está nisso.

E a desigualdade desta eleição?

Gushiken - Temos que vencê-la provocando nas pessoas, principalmente na militância, a vontade de participar do processo político e alterar o quadro com mobilização de massas. Não se trata apenas de utilizar essa vi-

são estratégica de campanha para convencer o eleitor. Isso tem que ser construído como um componente que faça as pessoas entrarem na cena política como sujeitos ativos.

Não só para a militância, pois parece que o país inteiro está adormecido...

Gushiken - Isso ocorre porque o governo quer desdramatizar a crise. Quer mostrar que durante quatro anos não fez o que precisa na área social e que agora fará. E nós vamos dizer que não fez e não fará, porque FHC tem uma composição de forças que o ampara que vai contra a linha política necessária para o Brasil crescer e ser um país mais justo. Não se trata de uma mera eleição, de uma troca de candidatos. É o país que está em jogo.

Como está a campanha nos Estados?

Gushiken - Eleição casada, onde há cinco processos eleitorais, impõe uma fragmentação. O proporcional pensa muito mais nele do que no majoritário. É um processo que temos que superar a partir da centralização no candidato à Presidência. Exige uma pactuação dos proporcionais com os majoritários. Um fator positivo é que em muitos Estados temos dois candidatos ao governo apoiando o Lula. São elementos da política que foram postos no processo de construção da aliança. Os Estados têm que fazer um grande esforço para unificar a campanha em torno do Lula, que é o principal elemento de coesão. E isso tem que ser assumido pelos candidatos, seja no discurso, nos materiais, nos programas de televisão. A

unificação é sempre um elemento positivo para o brasileiro.

Como tem se comportado a imprensa?

Gushiken - A imprensa tem procurado sujar a imagem do Lula. Há um cerco, primeiro, para não dar espaço à candidatura. Quando analisamos o tempo destinado aos candidatos descobrimos uma desproporção brutal entre o espaço dado a Lula, FHC e

Ciro Gomes. Esse cerco tem que ser quebrado. Outro elemento da imprensa é a tentativa de, a partir de insinuações, criar um clima de suspeição da honorabilidade de nosso candidato e a gente sabe que a questão ética é um valor fundamental na política.

Essa intenção da imprensa nos levou ao seguinte método: não vamos aceitar que a mídia haja como a inquisição. Primeiro nos acusa, cria suspeição e de-

Estamos às vésperas do primeiro turno.

Chegou o momento de grandes mobilizações, de

esclarecer o eleitor

sobre os riscos que

FHC tem escondido

da Nação e os rumos

que a candidatura

Lula quer dar ao

Brasil. O deputado

federal Luiz Gushiken,

coordenador geral

da campanha, falou

ao PT Notícias sobre

o próximo período.

A mídia age como a inquisição: nos acusa, cria suspeição e exige prova de inocência

pois exige prova de inocência. Todas as questões levantadas - compra de apartamento, carro, terreno do Lula - têm documentos de comprovação da legalidade das operações, mas não entregamos à imprensa porque não aceitamos a tese que eles querem impor. É um método que não colabora com o

processo civilizatório, não se trata apenas de campanha eleitoral.

Só vamos entregar documentos à Justiça. Na semana passada, Lula

ganhou processo que movia contra a Folha de S.Paulo desde 1994, conseguimos direito de resposta na TV Bandeirantes e vamos brigar novamente com a Folha. E uma coisa é importante: nenhum ataque ao Lula deve ficar sem resposta. Seja em rádios locais, jornais de cidades. A militância e lideranças devem responder sem medo. Lula não tem nada a esconder. Mas, por outro lado, não vai se sujeitar a um processo inquisitório.

0900-110765



Cada ligação corresponde a uma colaboração de R\$ 5,00, cobrados na sua próxima conta telefônica

Contribua com a campanha da União do Povo-Muda Brasil



Caderno com espaço para 20 contribuições, onde você pode mandar seu recado para Lula, Brizola ou a coordenação da campanha.

Podem ser obtidos pelo telefone (011) 3667-1073, ramais 215 e 216, com Vicente ou Vera.



Cofrinhos, em três tamanhos, para contribuições de amigos, parentes, em festas, portas de fábrica, reuniões etc. Podem ser obtidos nos diretórios nacionais e regionais dos partidos da União do Povo-Muda Brasil (PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB).

CONTAS LULA PRESIDENTE

Banco	Agência	Conta corrente
Banco do Brasil	3323-5	2000-1
Bradesco	515-0	27.777-0
Itaú	0737	30.950-0
CEF	1652	003.571-4
Unibanco	0347	749.249-4
Banestado	062	36.013-9

RECADADO

Um novo rumo para o Brasil sair do caos



Jorge Mariano

O país está mergulhado no caos econômico-social e a crise política terá desdobramentos maiores.

Na Coreia do Sul venceu o candidato das oposições, depois de haver sofrido três derrotas. A situação interna permanece instável econômica, social e politicamente.

No México, a vitória de Cárdenas ao Distrito Federal no ano passado e sua liderança nas pesquisas para presidente decorrem, também, ainda que não exclusivamente, do impacto da crise e do esgotamento da ditadura do PRI.

Na Venezuela, apontada como a bola da vez, sobe a cotação de uma candidatura radicalmente de oposição à Presidência e decompõe-se a imagem daqueles ex-opositores que apoiam o governo neoliberal.

O governo brasileiro, que em outubro do ano passado persistiu no caminho indicado pelos organismos internacionais, fez, antes que fosse pedido, o ajuste que depois o FMI aplicaria na Ásia. Ou seja: juros altos; cortes de gastos públicos, principalmente sociais; recessão, com seus efeitos inevitáveis de desemprego; falência de pequenas e médias empresas; e aumento da violência social.

As medidas do governo brasileiro significaram, na prática, manter a abertura comercial, os juros altos e câmbio valorizado. E mais do que isso: liquidaram o patrimônio público que o país construiu em mais de 50 anos e permitiram a venda da maioria

das médias e grandes empresas nacionais dos principais setores da economia ao capital estrangeiro.

A desnacionalização e a liquidação do patrimônio público não tiveram serventia porque, como todos sabem, a dívida pública externa e interna brasileira dobraram, com o agravante de que hoje voltamos a pagar juros para

captar recursos externos de 27 e 28% ao ano e voltamos a depender, todos os dias, para manter o país funcionando, dos capitais especulativos.

De sua arrecadação total de 115 bilhões de reais, o país gastará praticamente 60 bilhões em juros, liquidando qualquer possibilidade, com este modelo, de investimentos sociais e na infraestrutura, agravando, assim, a situação social e inviabilizando o desenvolvimento do Brasil.

A verdade nua e crua é que a tensão econômica internacional já é uma crise de superprodução, evidenciada pela situação asiática e japonesa e pela incapacidade dos organismos internacionais, como o FMI, de apresentarem saídas e soluções.

A conclusão trágica de todo esse quadro é que Fernando Henrique e seu governo preferiram ignorar a existência e gravidade dessa crise, assim como os sucessivos alertas das oposições e da esquerda, que desde a crise mexicana de 1994, indicavam os riscos que a economia brasileira corria. Fomos chamados de arautos da 'fracassomania' em uma das muitas tentativas do governo em deslegitimar nossas opiniões.

Fernando Henrique, seu governo e parte do grande

empresariado brasileiro consideravam que a fase vivida pela economia mundial na última década, dominada pela globalização financeira, correspondia a um novo ciclo de crescimento virtuoso e renascimento do capitalismo internacional.

As novas modalidades de funcionamento da economia mundial foram consideradas por eles como de perfis favoráveis ao Brasil. O crescimento econômico e investimento produtivo brasileiro foram hipotecados à dependência de capitais externos e aos movimentos do capitalismo especulativo.

Consideravam que o país poderia romper com uma trajetória de muitas décadas em poucos anos. Que deveria se integrar rapidamente, mas de forma passiva, às finanças globalizadas sem um projeto estratégico nacional, sem salvaguardas ou defesas da produção e do emprego, sem políticas industriais e agrícolas.

O financiamento inflacionado foi substituído pelo endividamento do país, pela destruição do patrimônio público estratégico e pela desnacionalização crescente da economia.

Fernando Henrique considerava que a globalização financeira e a desregulamentação da concorrência seriam benéficas ao Brasil e serviriam como mantenedor à sobrevalorização cambial e aos mais elevados juros do planeta.

Quando do anterior repique da crise, em novembro do ano passado, o governo preferiu elevar ainda mais os juros, lançando o país em uma impressionante onda de retração da atividade econômica, de inadimplência, de quebra de empresas e gerando as mais elevadas taxas de desemprego da história brasileira.

Aprofundou-se, desde então, o caminho anterior, ampliando-se a desestruturação produtiva e do mercado de trabalho, a deterioração das contas externas, o déficit do setor público, a vulnerabilidade aos humores e incertezas de uma crise mundial anunciada.

Em novembro de 1997 o PT lançou um apelo em defesa do Brasil, onde mais uma vez anunciava os riscos crescentes da crise financeira-econômica mundial. Criticava o comportamento irresponsável do governo FHC, propunha medidas emergenciais em defesa da produção, do emprego e renda e reafirmava sua disposição de mobilizar a sociedade para mudar os rumos do país.

Hoje, com o evidente agravamento da situação mundial, acentua-se a violência dos mercados financeiros globalizados e desregulamentados, acelera-se o deslocamento de sucessivas crises pelo globo e amplia-se o seu contágio. A crise financeira localizada transforma-se em crise financeira-econômica de dimensões mundiais, dada a ausência de instituições internacionais capazes de regular o sistema financeiro.

Organismos vinculados às finanças mundiais já aventam a possibilidade de um cenário de catástrofes.

O Brasil encontra-se hoje, por um lado, mais dependente de investimentos externos e a taxa de risco é semelhante à de 1994. Por outro lado, é maior a desestruturação produtiva e do mercado de trabalho, a deterio-



ração das contas externas, o déficit do setor público e, principalmente, o desemprego e a crise social.

O governo, como sempre, vem minimizando os riscos, declarando que não somos a Rússia, a Venezuela ou a Argentina. Atribui a crise brasileira ao exterior, como se tratasse de um fator meteorológico, como se não pudesse intervir ou evitar. Ameaça, no entanto, com um outro estelionato eleitoral, quando o ministro Malan diz que novo ajuste fiscal será realizado após as eleições com mais sacrifícios aos trabalhadores, ao povo, ao mercado interno, às empresas e economia nacionais.

A gravidade do momento e a irresponsabilidade de FHC e seu governo exigem um reforço em torno da candidatura da União do Povo, única capaz de oferecer uma alternativa efetiva de governo, novas prioridades e novas políticas concretas de mudança dos rumos atuais da economia e de clara proteção aos trabalhadores, ao povo brasileiro, ao pequeno e médio empresariado, golpeados pela crise que atingiu nosso país.

O governo FHC esconde a crise. Com apoio e cobertura da grande mídia, tenta ridicularizar as propostas da oposição e aprofunda a dependência aos capitais especulativos com as medidas lançadas na última segunda-feira: chama o capital especulativo para o Brasil, sobem os juros, dolariza a dívida e, assim, coloca o país em um caminho sem volta, mesmo com o alerta de vários especialistas internacionais, de publicações especializadas e mesmo de organismos mundiais.

O governo, com o único objetivo de tentar vencer as eleições e impedir o segundo turno, sempre com a conivência da mídia, oculta do país a gravidade do período e se recusa a buscar outras saídas.

Para nós só existe um caminho: é preciso um novo governo, um novo rumo, novo modelo econômico. Não há meio termo entre Fernando Henrique, sua política e nós. Para que o Brasil saia desta situação é necessário derrotar FHC nas urnas e eleger Lula Presidente, construindo um novo governo para fazer uma mudança não apenas na política econômica, mas no modelo econômico brasileiro.

Está evidente que não podemos mais continuar dependentes de capitais especulativos, que não existe um ciclo virtuoso de crescimento do capitalismo mundial, que o país não pode apoiar o seu desenvolvimento em capitais externos e que precisa olhar para o seu mercado externo, que precisa distribuir

renda para ter desenvolvimento, que precisa apoiar a pequena e média empresa brasileira, proteger nossos mercados, criar empregos, fazer imediatamente uma revolução educacional e aumentar a renda média de todos.

É preciso reduzir os juros e controlar o câmbio para termos, de verdade, desenvolvimento econômico e social, controlar o fluxo de capitais, coisa que alguns países já vêm fazendo, que não só reduzem os juros como deixam claro que vão dar ênfase ao crescimento econômico e não à estabilidade cambial. Muitos países começam também a adotar medidas, ainda que modestas, e aumentos nas tarifas de importações para fortalecer suas empresas locais dificultadas pela queda da demanda.

Outros já caminham para a intervenção no mercado de valores para punir especuladores que tentam se aproveitar das fraquezas do sistema cambial para lucrar com a depreciação do valor de ações e, assim, reforçarem a pressão sobre a moeda.

A verdade é que se está rompendo o apoio às políticas ortodoxas orientadas pelo mercado, principalmente depois da crise asiática. No Brasil, não podemos vacilar. Precisamos de um novo governo, que estabeleça imediatamente uma clara política de controle sobre os fluxos de capitais externos. Um governo que organize o orçamento cambial, que reduza os juros e faça uma reforma tributária, porque o país não pode mais exportar milhões de empregos e vender a investidores estrangeiros não só todo seu patrimônio público, mas as principais empresas do Brasil.

É hora de o país restringir as importações mediante revisão de alíquotas. Temos que estudar, inclusive, a proibição de alguns produtos e exigir a queda de obstáculos para produtos brasileiros em outros países.

Para finalizar, vamos equili-

brar a nossa balança comercial. Temos que declarar à Organização Mundial do Comércio o regime de emergência, cobrar regras e reciprocidade de parceiros comerciais para que os nossos produtos tenham maior facilidade de acesso e mercado onde faltam barreiras alfandegárias ou são penalizados pelas cotas.

O país precisa destas medidas imediatas para mudar radicalmente sua política econômica, porque precisamos orientar os fundos públicos que temos no BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica e FAT para o crescimento econômico, a construção civil, saneamento, habitação, pequena e média empresa, agricultura.

Mais do que isso, é urgente que seja distribuída a renda para que o Brasil cresça para cima, para dentro, para o interior e, então, recompor o papel do Estado na economia brasileira.

Se é verdade que não podemos desconhecer a nova reali-

dade mundial e que não podemos fechar o Brasil e transformá-lo em autarquia, também é verdade que o ciclo de globalização iniciado na década de 80 está acabando.

É hora de o Brasil ter um governo que retome o desenvolvimento com um projeto nacional, que retome as reformas básicas que necessita, uma reforma política democrática, uma reforma tributária para distribuir renda e alavancar a poupança nacional, uma reforma agrária para estimular a pequena e média agricultura, o mercado interno, a distribuição de renda e, por fim, a injustiça e violência no campo e uma ampla reforma dos serviços públicos de saúde, educação e previdência.

Só assim poderemos realmente pensar no futuro de um Brasil justo e democrático.

José Dirceu
Presidente nacional do PT

FHC preferiu ignorar a existência e a gravidade da crise e os riscos que a economia brasileira corria

Como era de se esperar, a chamada crise asiática ou crise financeira internacional foi, de forma lenta, segura e gradual, se transformando em uma crise econômica mundial. O estouro da Rússia e o aprofundamento dos problemas na Venezuela e no México apenas sinalizaram para a possibilidade real do agravamento da crise com ataque especulativo sobre a moeda em países como o Brasil.

A crise, que vinha andando de lado e que o governo brasileiro procurava esconder sempre com objetivo eleitoral, se expandiu. E não foi mais possível esconde-la. Há uma tendência generalizada nos mercados internacionais de recusa e liquidação dos papéis de países da Ásia e da América Latina.

A taxa de risco, ou seja, os juros que o Brasil paga, já é semelhante àquela existente durante o caos mexicano de 1994. O país encontra-se totalmente dependente e ex-

posto aos capitais especulativos internacionais. Como há uma percepção clara de que a crise será de longa duração, não inferior há um ano ou 18 meses, é preciso, imediatamente, mudar de rumo.

Há uma lenta, mas já perceptível, desaceleração da economia dos Estados Unidos. O Japão não encontrou, ainda, uma saída para os seus problemas. Seu sistema financeiro está inviabilizado com mais de um trilhão de dólares de créditos podres e tudo indica que, para sair da recessão em que se encontra, poderá adotar medidas contrárias às do interesse da economia norte-americana.

Na Rússia, Ásia e América Latina multiplicam-se os focos de crise, anunciando um período de muita turbulência. Para agravar essa situação, os preços dos commodities - as principais matérias primas de países como Brasil - estão em queda, piorando o quadro da Ásia e América Latina, que têm nos produtos primários um componente importante de suas exportações.

Com a moratória externa da Rússia e a crise política que se instaura naquele país, com o agravamento da situação do México e Venezuela, é evidente que entramos em um momento que deixa de ser apenas de crise econômica, podendo evoluir para um problema político-institucional.

Tanto isso é verdade que assistimos na Indonésia à queda de uma ditadura de mais de 30 anos, que tinha papel fundamental no esquema de segurança dos Estados Unidos na região.

PTnotícias

Jornal do Partido dos Trabalhadores

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Dirceu

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vera Bueno de Azevedo

MTB 17687

REDAÇÃO

Vera Bueno de Azevedo, Fernanda Estima, Marcos Palácio, Carlos Arruda e Ênio Taniguti

ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Bimbo, Beth Lima e Sonia M. N. Pedrosa

DIAGRAMAÇÃO

Jorge Mariano

ILUSTRAÇÕES

Hércules Santos

SEDE

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP

CEP 01019-00

Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1300

e-mail: comunic@pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Fotolitos: Bureaugraf

Impressão: Artgraf

Governo pirateia projeto sobre biodiversidade do PT

O governo federal deu entrada hoje na Câmara dos Deputados a projeto de lei que regulamenta o acesso de laboratórios internacionais e pesquisadores aos recursos da biodiversidade brasileira. O projeto atropela a iniciativa da senadora Marina Silva (PT/AC), que apresentou em 1995, projeto com características semelhantes para regulamentar a Convenção da Biodiversidade, aprovada na ECO-92. A senadora, juntamente com o relator do projeto, senador Osmar Dias (PSDB/PR), realizou 4 audiências públicas em diferentes regiões do país, debatendo com lideranças comunitárias, indígenas, cientistas, ONGs e órgãos do governo. Mas o governo, sem manifestar posições nas audiências, considerou o relatório final muito restritivo para o acesso das transnacionais da biotecnologia aos recursos da biodiversidade. Na verdade, o projeto aprovado nas comissões



de Assuntos Sociais e de Educação do Senado, apenas procura garantir o direito das comunidades locais, indígenas e agricultores sobre o seu conhecimento tradicional, muito cobijado pelos laboratórios.

Sabendo da prática constante do governo FHC, de atropelar o legislativo, o deputado Jacques Wagner (PT/BA), preocupado também com o atraso na tramitação do projeto no Senado, resolveu, em acordo com

a senadora Marina, apresentar outra versão do projeto na Câmara, apressando, assim, a sua aprovação.

O Brasil detém cerca de 22% de todas as espécies existentes na fauna e na flora do mundo. Por isso, a biodiversidade brasileira é vista em todo o mundo como estratégica para o desenvolvimento da biotecnologia, concentrada, em grande parte, nos EUA, Alemanha, Inglaterra e Japão.

É por isso que também nesta área o governo parece optar por um tipo de inserção subserviente a interesses internacionais, ainda que, para isso, tenha que atropelar iniciativas democráticas locais. Recentemente, em conferência internacional sobre a Convenção da Biodiversidade, a delegação do governo brasileiro foi a única a exigir a retirada de lideranças indígenas e de ONGs do grupo de trabalho que tratava sobre os direitos tradicionais.

Censura no programa eleitoral é inaceitável

Em apenas quatro dias, o presidente da República e candidato a reeleição, Fernando Henrique Cardoso, entrou com quatro ações contra a propaganda eleitoral do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), exibida no horário eleitoral em rádio e televisão.

Os programas do candidato do PSTU a presidência da República, Zé Maria, têm se pautado pela oposição ao governo FHC e à toda a sua política econômica. Em nenhum dos programas foram feitos ataques de ordem pessoal ou moral. Todas as denúncias e críticas partem dos fatos (por exemplo, ninguém inventou que FHC chamou aposentados de vagabundos).

As ações para tirar do ar o horário eleitoral do PSTU baseiam-se na intolerância política. O último alvo foi o programa em que o PSTU denunciou o leilão da privatização da Telebrás e a repressão policial. As ações dos advogados de FHC chegam a qualificar como ofensivo e difamatório o slogan do partido "contra burguês vote 16". Ora, isto é um slogan político, uma definição política e também sociológica de quem tem o direito de afirmar suas posições políticas a partir do conceito de classes sociais (ou será que o presidente já as aboliu também por decreto?).

É um direito político nosso qualificar como entrega a venda das estatais, e nem somos os únicos e nem os primeiros na história política do Brasil a ter esta apreciação. É um direito político e democrático nosso, e de qualquer partido, criticar a política econômica do governo e responsabilizá-lo politicamente pelas mazelas e consequências da mesma. O governo que trate de explicar e convencer a população (espaço no horário eleitoral não lhe falta para isso) de que o plano real não tem nada a ver com o brutal aumento do desemprego.

Está em curso uma ofensiva autoritária e arrogante de quem quer ganhar a eleição a todo custo no primeiro turno, na base do rolo compressor; de quem não aceita ter seus quatro anos de mandato questionados.

O alvo hoje somos nós, mas que ninguém duvida da estratégia do mandatário da nação. FHC no último dia 21 atacou publicamente

te os pequenos partidos, anunciou uma reforma política que visa diminuir o espaço da oposição. Ele quer decidir quem tem e quem não tem o direito a representação política no país. Ninguém, a não ser a população, tem esse direito. Cabe ao povo o direito exclusivo de julgar e decidir o peso e a representação que cada partido terá.

Na verdade, FHC quer tirar — hoje da televisão, amanhã da legalidade — aqueles que lhe fazem oposição intransigente. FHC parece não querer ser apenas candidato a mais quatro anos de governo, e sim, na sua infinita arrogância, parece querer transformar-se em imperador do Brasil. Diga-se de passagem, o seu primeiro mandato foi indicativo destes maus hábitos; o Exército nas refinarias durante a greve dos petroleiros em 1995, o uso da máquina para aprovar a todo custo reformas na Constituição com um Congresso Nacional que não foi eleito para isso, a reedição de pacotes de governo e de medidas provisórias (foram mais de 1.700 em quatro anos, contando as reedições).

Agora, o "saco de maldades" do governo volta suas baterias contra os direitos democráticos dos que são oposição.

O PSTU reivindica nada mais que o direito de poder expressar suas posições políticas e sua oposição ao governo FHC nos 38 segundos de seu programa dentro do horário eleitoral gratuito. Mas os fatos estão mostrando que FHC não é capaz de suportar nem 30 segundos de crítica e de oposição.

Acreditamos que a luta para garantir esse direito, não é uma luta apenas do nosso partido. É uma luta de todos os partidos políticos e organizações democráticas desse país. Por essa razão é que nos dirigimos a todos os partidos que reivindicam a luta pela democracia, a todas as organizações sindicais, populares e democráticas e a todas as personalidades democráticas do nosso país; pedindo que se pronunciem e que nos ajudem a pressionar as autoridades para preservar um mínimo de democracia, num sistema eleitoral já profundamente injusto e desigual."

Zé Maria, candidato à Presidência da República pelo PSTU

FHC vive em um país de fantasia

Depois de afirmar no último dia 29, logo após um farto e luxuoso almoço, que "a vida de rico é muito chata", FHC voltou a falar besteiras quando tentou explicar a infeliz declaração.

"Não disse que é chato ser rico porque eu não sou rico. Sou professor, sou um pobre". Realmente, o candidato-presidente é muito pobre... de conhecimento sobre a realidade do país que governa.

Fernando Henrique reclamou da vida dos ricos em um discurso para favelados no Parque Royal, a poucos minutos de distância do Iate Clube do Rio de Janeiro, onde almoçou com políticos do PFL e PSDB.

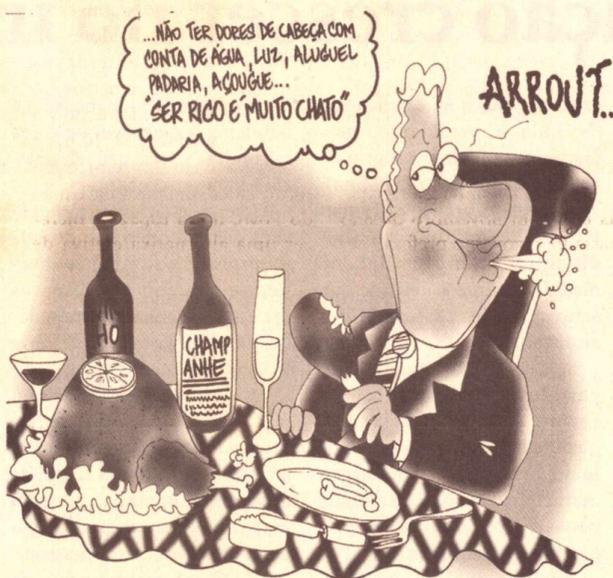
E o cardápio era para nenhum "pobre rico" colocar defeito: coquetel de camarão, servido dentro de um melão, como

primeiro parto, e um medalhão de filé mignon com fritas, além de uma bomba de creme, por sobremesa, tudo isso regado a vinho e água mineral Perrier (francesa). Que dureza que é vida de rico...

O candidato da União do Povo-Muda Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sugeriu que FHC experimentasse viver como pobre para ver "como pode ser chato".

Para Lula, o presidente "deveria sentir como é chato não ter hospital na hora em que se precisa; não ter escola decente para colocar os filhos; não saber se o dinheiro vai dar para pagar o aluguel no fim do mês".

O que acontece é que novamente FHC demonstra não conhecer o Brasil de verdade: "ele vive em um país de fantasia", concluiu Lula.



CONHEÇA OS CANDIDATOS E AS COLIGAÇÕES NOS ESTADOS

ACRE
O ex-prefeito de Rio Branco, Jorge Viana (PT), é o candidato da Frente ao governo do Estado. O vice é Edson Cadaxo, do PSDB, e o candidato ao Senado é Tião Vianna, também do PT. A aliança para apoio tanto a Lula quanto à chapa estadual está consolidada entre PT, PDT, PCdoB, PSB, PV e PPS.

ALAGOAS
Ronaldo Lessa, do PSB, é o candidato da Frente ao governo do Estado. O vice é Geraldo Sampaio (PDT) e Heloisa Helena, do PT, concorre ao cargo de senadora. A aliança, tanto regional quanto nacional, está firmada entre PT, PPS, PCdoB, PDT, PV e PSB.

AMAPÁ
O candidato a governador é João Capiberibe, do PSB, o vice é Cláudio Pinho, do PSB, e Hildegardo, do PPS, concorre ao Senado. A aliança regional é composta por PT, PCdoB, PPS, PAN e PSB. A aliança nacional é composta por PT, PAN, PSB, PCdoB e PPS.

AMAZONAS
O Encontro Estadual definiu o apoio ao candidato Eduardo Braga, do PSL, tendo como vice Serafim Gonçalves, do PSB. O candidato ao Senado é Marcos Barros, do PT, ex-reitor da Universidade Federal do Amazonas. A Frente é composta por PT, PSB, PCdoB, PMN, PPS, PDT e PV para o apoio à chapa Lula/Brizola.

BAHIA
O candidato a governador é José E. V. (Zezu) Ribeiro, do PT, o vice é Evarado da Anunciação Farias, também do PT, e Daniel Almeida, do PCdoB, concorre ao Senado. A aliança, tanto a nível federal quanto estadual é composta por PT, PCdoB, PAN e PCB.

BAH! SÔ! OCHÊNTE!
A aliança para apoio a Lula é formada por PT, PCdoB, PV e PCB. O candidato do Partido ao governo do Estado é Carlos Abicail, o vice é José Afonso Botura Porto Carrero e o candidato ao Senado é Wanderley Pignatti, todos do PT.

CEARÁ
A aliança está firmada entre PT, PDT, PSB, PCdoB, PV e PCB. O candidato a governador é o petista José Ailton, ex-prefeito de Icapuí. O vice é Lula Moraes, do PCdoB, e o candidato ao Senado é Heitor Serrer, do PDT.

DISTRITO FEDERAL
O candidato a reeleição é Cristovam Buarque, atual governador. O vice é Sigmaringa Seixas (PT) e a candidata ao Senado é Arlete Sampaio (PT), atual vice-governadora. A Frente consolida-se entre PT, PDT, PSB, PCdoB, PV, PMN, PSN e PCB, praticamente a mesma que elegeu Buarque. O apoio a Lula também está definido entre esses partidos.

ESPÍRITO SANTO
O PT tem como aliados, na formação da Frente, o PSB, PCdoB, PMN, PTN e PSN. O candidato a governador é Renato Casagrande, do PSB, o vice é Saturnino Moura, também do PSB, e Nelson Aguiar, do PMN, concorre ao Senado.

GOIÁS
A Frente contra o Neoliberalismo de Goiás é composta por PT, PCdoB e PDT, para o apoio à candidatura de Lula à Presidência. O candidato petista ao governo do Estado é Osmar Magalhães, tendo como vice Fábio Tokarki, do PCdoB. O candidato ao Senado será Antonini, do PDT.

MATO GROSSO
A aliança para apoio a Lula é formada por PT, PCdoB, PV e PCB. O candidato do Partido ao governo do Estado é Carlos Abicail, o vice é José Afonso Botura Porto Carrero e o candidato ao Senado é Wanderley Pignatti, todos do PT.

MATO GROSSO DO SUL
José Santos (Zeca) do PT é o candidato ao governo do Estado, Moacir Kohl, do PDT, é o candidato a vice e Carmelino Rezende, do PPS, vai concorrer ao Senado. A aliança está firmada entre PT, PDT, PSB, PCdoB e PPS. Esta é a força a apoiar também a candidatura de Lula.

MARANHÃO
O candidato ao governo do Estado é Domingos Dutra, o vice é Marcos Fábio e o candidato ao Senado é Haroldo Saboia, todos do PT. A aliança está formada entre PT e PCB, tanto a nível regional quanto federal.

MINAS GERAIS
A Frente, formada por PT, PDT, PSB, PCdoB, PCB e PV será encabeçada pelo petista Patrus Ananias como candidato a governador, com Margarida Ferreira, do PSB, como vice, e Junia Marise, do PDT, concorrendo ao Senado.

PARÁ
PT participa de aliança com PSB, PCdoB e PCB. O PT apóia a candidatura do senador Ademir Andrade, do PSB, ao governo do Estado. O vice é o deputado federal petista Geraldo Pastana, tendo como candidata ao Senado a petista Ana Júlia. O apoio desses partidos à candidatura de Lula está definido.

PARANÁ
O candidato do PT ao governo do Estado é o senador Roberto Requião, do PMDB, que terá como vice o pedetista Nelson Frietrich, e, para o Senado, o petista Nedson Micheletti. A aliança, que apóia a candidatura Lula, é composta por PT, PCdoB, PCB, PSN, PMDB, PV e PDT.

PARAÍBA
A Frente de Oposição está formada com PDT, PV, PSB e PCdoB. O candidato da Frente é o deputado federal Gilvan Freire, do PSB. O vice é Hamurabi Duarte, do PT, que também concorrerá ao Senado com a vereadora Cossette Barbosa. A Frente apóia Lula à Presidência.

PERNAMBUCO
A aliança no Estado, tanto regional quanto nacional, está definida entre PT, PSB, PDT, PCB e PCdoB. O candidato ao governo do Estado é Miguel Arraes, do PSB, o vice é Fernando Bezerra Coelho, também do PSB, e o candidato ao Senado é Humberto Costa, do PT.

PIAUI
O candidato ao governo do Estado é Francisco (Chico) Gerardo, do PSDB, o vice é Antonio José, do PT e Nazareno Fontelles, também do PT, concorre ao Senado. A aliança está firmada entre PT e PSB, com PSDB, a nível estadual, e PT e PSB a nível federal.

RIO DE JANEIRO
O PT apóia Anthony Garotinho, do PDT, ao governo do Estado. A vice é a senadora Benedita da Silva, do PT, e o candidato ao Senado é Saturnino Braga, do PSB. A aliança está firmada entre PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB.

RIO GRANDE DO NORTE
Os aliados do PT no Estado são PCdoB, PDT e PCB. O candidato ao governo do Estado é Manoel Duarte, Manú, do PT, tendo como vice Juliano Siqueira, do PCdoB. Hugo Manso, do PT, disputará uma vaga ao Senado.

RIO GRANDE DO SUL
Olivio Dutra é o candidato do PT ao governo do Estado, com o deputado Miguel Rossetto (PT) como vice e José Paulo Bisol (PSB) para o Senado. A Frente é composta por PT, PSB, PCdoB e PCB.

RONDÔNIA
O candidato da Frente ao governo do Estado é o engenheiro agrônomo José Neumar, do PT, tendo como vice Pedro Xisto, do PV. A candidata ao Senado é Fátima Cleide, também do PT. A Frente está formada por PT, PCdoB e PV.

RORAIMA
O PT fez coligação com PCdoB e PV. O candidato a governador é Fábio Martins, tendo como vice Flávio Bezerra, ambos do PT.

SANTA CATARINA
Aliança regional entre PT, PPS, PDT, PSB, PCB, PCdoB e PV está definida. O candidato da Frente ao governo estadual é o deputado federal Milton Mendes de Oliveira (PT), tendo como vice Ricardo Barattieri, do PDT. O candidato ao Senado é Sérgio Grandio, do PPS. Essa mesma aliança apóia Lula no Estado.

SÃO PAULO
Marta Suplicy é a candidata petista ao governo do Estado, tendo como vice Newton Lima Neto, também do PT. Eduardo Suplicy concorre ao Senado (seu suplente é o presidente nacional da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho). A aliança regional é composta por PT, PCdoB, PPS e PCB.

SERGIPE
O candidato da Frente ao governo do Estado é Antonio Carlos Valadares, do PSB, e o senador José Eduardo Dutra, do PT, é o candidato a vice. O candidato ao Senado é José Almeida Lima, do PDT, ex-prefeito de Aracaju. A aliança consolidou-se entre PT, PSB, PDT, PCdoB e PCB, para o apoio regional e nacional.

TOCANTINS
O advogado Célio Moura é o candidato a governador, tendo como vice Marcio Barbosa. Iredes Santos é candidato ao Senado. Não há aliança com outros partidos.

ESTADOS

PT caminha para a vitória no Acre

No Acre, o PT - em uma ligação que envolve doze partidos - pode ser o grande vencedor das eleições de 4 de outubro. Seu candidato ao governo, o ex-prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, deve ganhar no primeiro turno, com folgada vantagem sobre os adversários Chicão Brígido (PMDB), Alécio Dias (PFL) e Duarte do Couto (PRONA).

Na disputa pela vaga de senador, o candidato da Frente Popular, médico Tião Viana, também do PT, pode desbancar o candidato à reeleição, senador Flaviano Melo (PMDB), e a deputada federal Célia Mendes (PPB), que contam com grande estrutura material e são acostumados a vencer eleição na base de esquemas de corrupção e compra de votos.

A vitória de Jorge Viana ao governo e de Tião Viana ao Senado pode representar o fim das oligarquias atrasadas que sempre mandaram no Acre.

Desde que o PT foi fundado no Estado, em 1980, nunca as condições para uma vitória eleitoral estiveram tão favoráveis. A experiência administrativa de

Jorge Viana dá a segurança que a população exige e o desempenho da senadora Marina Silva em Brasília dá a garantia de que, se Tião Viana for eleito senador, ficará mais fácil para Jorge Viana pôr em prática seu plano de governo.

E isso tem levado ao desapego alguns políticos que sempre se beneficiaram do poder.

Gerar 40 mil empregos em 4 anos

A principal proposta do plano de governo que a Frente Popular quer pôr em prática em janeiro de 1999 é a geração de 40 mil empregos em quatro anos. A intenção é reduzir à metade o número de desempregados no Estado, mais de 73 mil.

Os empregos serão criados na agricultura, na agroindústria, no comércio e nos serviços, todos com incentivo direto do Estado, por meio de investimentos no setor produtivo.

Além dos investimentos diretos, o plano prevê também a redução de impostos, de forma a fomentar o surgimento de novas empresas que contribuam para o desenvolvimento do Estado, gerando novos empregos.

“Reativando a economia do Estado, fortalecendo o setor produtivo rural e urbano, temos todas as condições de gerar os 40 mil empregos propostos em nosso programa”, afirma sempre Jorge Viana.

Implantar um modelo de desenvolvimento baseado na exploração racional dos recursos naturais, no fortalecimento da agricultura e do agroextrativismo, no investimento em todos os municípios visando melhorar as condições de vida e trabalho das pessoas nos locais onde elas vivem, com educação e saúde de qualidade são compromissos tratados com atenção no plano de governo que o PT quer implementar no Acre.

O sonho de Chico Mendes

A situação confortável em que se encontram os candidatos do PT e da Frente Popular para as eleições de 4 de outubro é o coroamento de um movimento iniciado há pelo menos 20 anos.

À frente deste movimento estava o líder seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988. De lá para cá, o PT e os movimentos sociais cresceram em



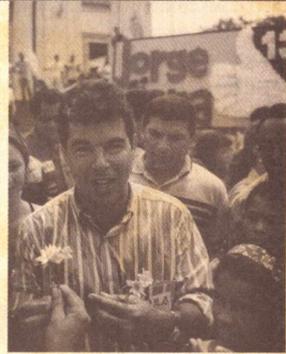
O candidato ao governo do Estado, Jorge Viana, deve ganhar no primeiro turno com folgada vantagem sobre seus adversários

força, representatividade política e importância.

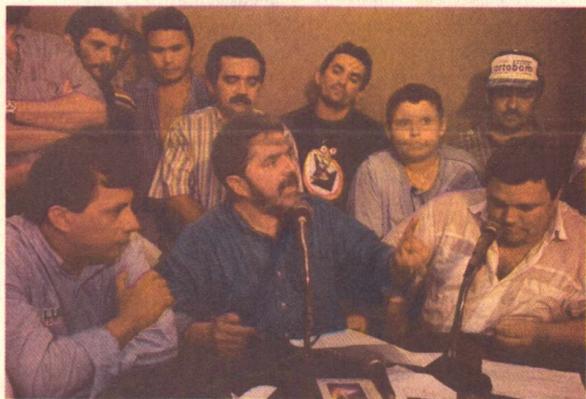
Como fruto desse movimento, o PT disputou o segundo turno das eleições de 1990, conquistou a prefeitura de Rio Branco em 1992, tomou dos poderosos o mandato da senadora Marina Silva em 94 e os

mandatos dos deputados Nilson Mourão e Ronald Polanco.

Agora tem a possibilidade concreta de assumir o governo do Estado, com o compromisso de mudar o curso de sua história. Este foi o sonho pelo qual Chico Mendes lutou e morreu.



Frente faz oposição crescer no interior do Ceará



Lula e José Airton em campanha pelo interior do Ceará

A tradição cearense em eleições gerais sempre revelou as diferenças do modo de vida entre os cidadãos da Capital e do interior.

À medida em que boa parte dos eleitores de Fortaleza manifesta sua vocação oposicionista, apoiando candidatos vinculados aos partidos de esquerda (foi assim que o PT conquistou sua primeira prefeitura em uma capital do país em 1985), no interior a tendência do eleitorado ainda é de reforçar a hegemonia das oligarquias rurais que gravitam nos grupos e partidos alinhados aos governos municipal, estadual e federal.

Dessa forma, as estruturas de poder no Estado se alicerçam e se perpetuam no atraso e conservadorismo de políticos que, em alguns casos, e por paradoxal que pareça, posam de arautos da modernidade.

Romper este ciclo de dominação constitui um dos

grandes desafios que se impõem ao PT e demais partidos de oposição.

Mas o atual processo eleitoral parece apontar novos horizontes para a cultura política do Ceará. A começar pelo fato de o candidato a governador das esquerdas, José Airton, ser o ex-prefeito de Icapuí, uma pequena cidade cearense, podemos relacionar vários indícios de que as eleições no Estado não podem mais ser vistas como cenário para o êxito do conservadorismo.

Pela primeira vez na história, todos os partidos de oposição estão unidos em torno de um projeto comum a ser viabilizado pela Frente Ceará Novo Tempo, constituída pelo PT, PDT, PCDoB, PSB, PCB e PV.

No caso dos setores do PMDB ligados ao presidente nacional do partido, Paes de Andrade, cuja candidatura a senador conta com o apoio da Frente,

estão engajados na candidatura de Lula a presidente, mas lançaram candidato próprio (o ex-governador Gonzaga Mota).

A Frente Ceará Novo Tempo é o resultado de um trabalho difícil mas compensador, na medida em que a unidade que estava sendo costurada foi alcançada.

Seja pela abrangência de partidos progressistas que a Frente comporta, seja pela qualidade dos nomes que, por meio dela, disputam cargos majoritários e proporcionais nessas eleições, o eleitor cearense é o primeiro a ganhar.

Final, a unidade que esses partidos estão firmando constitui uma iniciativa inédita que, além de traduzir o espírito de luta de todos os que fazem a Frente, representa o compromisso de seus candidatos com o crescimento econômico e o desenvolvimento humano.

Esse compromisso ganha ainda mais importância quando sabemos que os donos do poder no Estado (representantes da burguesia industrial, comandados por Tasso Jereissati), estão há doze anos no governo e, nesse período, as desigualdades sociais só aumentaram.

12 anos de promessa e propaganda

A principal promessa de campanha do candidato Tasso Jereissati, em 1986, até hoje não foi cumprida. Acabar em poucos anos com a pobreza no Ceará foi o carro-chefe da milionária

propaganda mudancista e a bandeira responsável pela sua estrondosa vitória naquelas eleições para governador.

Hoje, as estatísticas comprovam que, ao contrário do que foi prometido, a miséria absoluta se irradiou para espaços onde antes famílias e comunidades inteiras gozavam de uma vida minimamente digna.

Os doze anos de mudancismo no Ceará não passaram de rica propaganda e marketing oficial. Por isso a dívida social se avolumou durante esse período, num claro sinal de que esse modelo de desenvolvimento fracassou.

No Ceará, a combinação da adversidade climática com a insensibilidade das elites tem gerado novas formas de exploração. A velha “indústria da seca” mantém-se não apenas como “empreendimento”, visando captar vultosos recursos federais para o Estado, a pretexto de combate à estiagem e investindo boa parte deles ao sabor dos interesses de chefes e caciques políticos regionais.

A tal indústria se perpetua, sobretudo, no ambiente de degradação humana que ela mesma alimenta. Nesse aspecto, os perversos efeitos da estiagem são contingências da estratégia de dominação e manutenção do poder regional.

Mas a verdade é que não estamos diante de uma situação sem esperança. A história mostra e a ciência moderna confirma que o semi-árido brasileiro possui os recursos naturais de

que precisa para o desenvolvimento de assentamentos humanos, com sistemas de produção adequados e formas equitativas de organização social.

Portanto, a seca, esse conjunto de circunstâncias sócio-econômicas e ambientais, requer somente a atenção e o tratamento prioritário por parte dos governantes.

José Airton: o exemplo de Icapuí

O candidato da Frente Ceará Novo Tempo é o advogado, engenheiro e ex-prefeito de Icapuí, José Airton Felix Cirilo.

Desde muito jovem, José Airton tornou-se um aguerriado militante nas lutas populares, onde começou como líder estudantil.

Mais tarde, comandou a campanha pela emancipação política de sua comunidade natal, Icapuí, que até meados da década passada era distrito. Em 1985, com o desmembramento, Icapuí ganhou autonomia e José Airton foi eleito prefeito do novo município.

A partir daí dirigiu os destinos dessa pequena cidade praiana, cujas principais características eram o abandono administrativo, o caos social e a exploração política, causados pelos governos e oligarquias locais.

Em 1988, num gesto de coragem e desprendimento, José Airton filia-se ao PT para assegurar consistência política à sua prática administrativa, marcada pela participação popular, transpa-

rência nas ações e inversão de prioridades na aplicação de políticas públicas arrojadas nas áreas de educação e saúde. Tal performance viria, mais tarde, a mudar radicalmente o perfil sócio-econômico de Icapuí.

As gestões do PT que se sucedem na prefeitura de Icapuí permitiram a continuidade do projeto iniciado em 86. Nesse período, a cidade ganhou projeção nacional e internacional pela verdadeira revolução que essas administrações promovem nas áreas sociais.

Educação pública gratuita e de qualidade para todos, da pré-escola ao 2º grau; universalização do atendimento à saúde e redução da mortalidade infantil de 100 óbitos para cada mil crianças nascidas vivas em 1986 para 4 casos em 1997 são algumas das conquistas do projeto iniciado por José Airton.

Com essas mudanças, também houve transformação no perfil sócio-econômico de Icapuí, à medida que sua renda per capita passou de 213 dólares em 1986 para 2.201 dólares em 1995.

Dessa maneira, José Airton se credenciou para comandar o projeto e vencer o desafio que a Frente Ceará Novo Tempo se propõe: eleger um governo democrático e solidário para o Ceará, no qual a condução das políticas públicas esteja subordinada aos direitos e interesses da maioria do povo. Por tudo isso, hoje José Airton representa O Ceará que Faz a Diferença.

LULA PRESIDENTE
BRIZOLA VICE:
13